

18º Congresso Brasileiro de Sociologia
26 a 29 de Julho de 2017, Brasília (DF)

Grupo de Trabalho: Ocupações e Profissões

Título do Trabalho:

Categorias socioprofissionais e representação política:
uma relação ambivalente

Rodrigo da Rosa Bordignon (UFSC)

Categorias socioprofissionais e representação política: uma relação ambivalente

Rodrigo da Rosa Bordignon¹

Resumo

O presente trabalho centra-se no exame das relações entre categorias socioprofissionais e representação política, acentuando a objetivação social de determinadas classificações e as hierarquias sociais subjacentes à competição eleitoral. Os dados utilizados referem-se a totalidade dos candidatos nas eleições gerais de 2010, cujas propriedades sociais são comparadas aos microdados do censo, visando discutir a ambivalência das classificações socioprofissionais frente a esfera política e os esquemas de percepção que estão na base das formas de apresentação de si.

Palavras-chave

Categorias socioprofissionais, Representação política, Formas de classificação, Hierarquias

Introdução

Lembrando das indicações de Weber (1982) sobre as relações entre ocupações e política, fica evidente a configuração de uma dinâmica específica que conecta as exigências técnicas e as características da atividade exercida às probabilidades diferenciais de ingresso e dedicação aos cargos de representação nas democracias modernas. Hipoteticamente, as afinidades eletivas entre as duas esferas da vida social, no entanto, não se dão por algum vínculo substancial, mas sim pela variação de determinados atributos, destacando-se, em especial, a situação econômica e as condições de exercício das atividades profissionais. Ampliando as proposições de Weber, é possível definir as relações que permitem especificar os modos de associação entre as situações de classe e as oportunidades específicas de vida enquanto relações-fins que tem seus meios na “forma pela qual a propriedade material é distribuída” (Weber, 1982, p. 212). Neste quadro de referências, encontra-se a possibilidade de não consumir total ou predominantemente sua “capacidade e pensamento” na aquisição dos meios de subsistência.

¹ Departamento de Sociologia e Ciência Política – UFSC.

Isso significa, para seguir a trilha desenvolvida por Bourdieu (2007a), que as chances de tomar parte nas lutas políticas dependem da desigual distribuição dos “instrumentos materiais e culturais necessários à participação ativa na política” (Bourdieu, 2007a, p. 164). Trata-se, aqui, de um desdobramento específico das premissas weberianas, em especial daquelas que se referem ao alargamento da dicotomia contida na definição das situações de classe, tendente a separar entre os que possuem propriedades e os que não as possuem. De tal modo, opera-se uma diferenciação interna aos dois polos: i) entre os que possuem propriedades, faz-se necessário saber os tipos de propriedades utilizáveis para o lucro; ii) entre os que não as possuem, resta-lhes oferecer serviços no mercado. No caso destes últimos, a segmentação interna ocorre pelo tipo de serviços que oferecem, e pelo modo em que se utilizam dos serviços oferecidos por outros (Weber, 1982, p. 213-214). No centro das distinções entre as atividades oferecidas no mercado estão as formas de especialização técnica, sua legitimação, codificação e decorrente incidência sobre a regulação dos serviços e de seus ofertantes reconhecidos, elementos fundados na relação entre o “sistema econômico” e o “sistema de ensino” (Bourdieu e Boltanski, 2007).

A objetivação histórica e social dos diplomas enquanto elementos que garantem o acesso aos “cargos compensadores públicos e privados” (Weber, 2004a, p. 150, 2004b, p. 540), está no centro dos debates sobre as relações entre a escolarização e os processos de estratificação e fechamento social. No entanto, as implicações disso para o objeto do presente texto resumem-se aos seus efeitos para a divisão do trabalho político entre “agentes politicamente ativos” e “agentes politicamente passivos”, fenômeno que direciona a atenção para duas variáveis específicas: 1) tempo livre, e 2) capital cultural. Contudo, a identificação dos elementos variantes e seu impacto nas possibilidades diferenciais de participação política implicam mais do que uma simples constatação lógica ou procedimental, direcionando o debate para o enfrentamento de um problema teórico específico: o grau de autonomia pressuposto ou atribuído à esfera da política, e o fato disso ser ou não tomado como algo a ser analisado. É neste sentido que se considera, ou não, nas relações entre a ocupação de origem e a participação política, o processo histórico e social de constituição e diferenciação de esferas de atuação

específicas e seus impactos para os modos e chances de interação entre agentes sociais e determinados domínios de atividades. O reconhecimento deste fenômeno implica na apreensão dos graus diferenciais de objetivação social da esfera política, e nas consequências disso para a constituição de um domínio específico de atividades que impõem seus critérios de entrada e modos legítimos de apreensão, acionando determinadas disposições e competências.

Em grande medida, as controvérsias fundamentais sobre as condições sociais e institucionais de se viver *da* e *para a* política, residem na formulação de Weber sobre a constituição do domínio da política profissional enquanto um dos processos que marcam a consolidação dos Estados Modernos. Naquele contexto, tratava-se de evidenciar a constituição da política “enquanto organização que exigia o treinamento na luta pelo poder, e nos métodos desta luta”, cujo resultado prático se apresenta na transição entre tipos políticos e na consolidação do “demagogo” como “líder político típico do Ocidente” (Weber, 1982, p. 111). Evidentemente, tal proposição destaca o processo histórico e social de diferenciação das esferas de atuação e seu progressivo fechamento social. Nestes termos, a historicidade da afirmação da política como uma esfera de atividades específicas que exige e impõem a posse de um conjunto de atributos e o domínio de códigos de significado, marca o centro das controvérsias sobre as relações entre estrutura social e chances diferenciais de investimento em carreiras políticas.

O ponto chave do debate encontra-se na afirmação da disponibilidade econômica – acompanhada da necessária “dispensabilidade” do trabalho –, e das conexões técnicas entre o exercício de determinadas atividades profissionais e o da política. A averiguação das associações entre estes elementos tem sido operacionalizada pela formalização nas variáveis: 1) ocupação prévia; e 2) escolaridade do pretendente ao cargo de representação política. Isso tem levado à identificação da centralidade da posse diferencial de escolarização, e de ocupações (*brokerage occupations*) que permitam segurança financeira, flexibilidade de tempo e reduzido custo de reinserção profissional (Norris and Lovenduski, 2004, p. 247). Igualmente e ao lado dos elementos mais facilmente quantificáveis nos estudos de recrutamento, tem-se apontado para as afinidades eletivas entre as denominadas *talking professions*

– fontes de “habilidades políticas úteis” –, e o exercício das atividades parlamentares, além de destacarem o peso do *status* e das *redes* ligadas a determinadas ocupações como elementos facilitadores das carreiras políticas (Ibidem, p. 110-113).

O fato mais marcante é que o conjunto destas constatações decorrentes de estudos sobre recrutamento político em diferentes contextos nacionais, tem destacado as asserções de Weber como uma quase “profecia auto-realizável”, notadamente quando se trata de descrever as associações entre a formação jurídica e a política: “o moderno jurista e a moderna democracia associam-se absolutamente” (Weber, 1982, p. 115). É necessário notar, porém, que esta afirmação vem acompanhada daquela de que os juristas, enquanto grupo de *status*, são um produto histórico específico deste processo de constituição dos Estados modernos. De modo geral, a afinidade entre a advocacia e a política é atribuída a três elementos centrais: 1) ao controle dos códigos linguísticos ligados ao manejo da jurisprudência e sua centralidade na constituição das instituições que marcam a transição para os Estados modernos no ocidente; 2) as habilidades de defesa de causas enquanto um *ethos* profissional; 3) a dispensabilidade do trabalho. Tomando por referencia estes elementos, outras ocupações são identificadas como caminhos privilegiados para o Parlamento, tais como os jornalistas, os consultores financeiros, os pesquisadores e os professores, por vezes enquadrados na classificação geral de “classes médias urbanas” (Norris and Lovenduski, 2004, p. 113)².

O fato dos debates encaminharem para um acordo sobre as interpenetrações – ou osmoses, na definição de Dogan (1999) – entre determinadas ocupações e a esfera da política representativa assenta-se em uma constatação: a sobrerepresentação de determinadas classificações socioprofissionais entre os ocupantes de cargos públicos eleitoralmente em disputa. Neste ponto reside um dos problemas centrais. A realidade³ de um domínio evidenciado pela experiência, e reforçada pelo discurso da filosofia política que faz crer numa separação fundamental entre o “Estado” e a “sociedade”, se impõem como obstáculo para a compreensão dos efeitos

2 Para exemplos de estudos que evidenciam as associações entre determinadas ocupações e política, ver: Best and Cotta (2000); Dogan (1999); Norris and Lovenduski (2004).

3 Como destaca Bachelard (2005, p. 17), “as revelações do real são recorrentes”.

concretos desta oposição, e dos modos através dos quais ela “tem podido se impor, se perpetuar e ter seus efeitos” (Lacroix, 1985, p. 477). O problema fundamental é, portanto, que a evidência empírica de um espaço constituído por suas relações formalmente instituídas, impede de colocar em questão sua realidade prática, ou seja, o fato de ser o produto de processos históricos de divisão do trabalho de dominação. Assim, a política representativa é uma categoria que se faz crer, no duplo sentido, colocando em suspenso os mecanismos sociais que presidem os processos de delegação que tornam esta modalidade de dominação possível e aceitável (Bourdieu, 1984; Gaxie, 1987).

É necessário, portanto, recolocar o problema das relações entre estrutura social e representação política, rompendo com o descritivismo de determinadas abordagens, e considerando que

toda a análise da luta política deve ter como fundamento os determinantes econômicos e sociais da divisão do trabalho político, para não ser levada a naturalizar [...] as condições que colocam os cidadãos [...] perante a alternativa da demissão pela abstenção ou do desapossamento pela delegação (Bourdieu, 2007a, p. 163)

Para tanto, deve-se reconhecer que, como partes constitutivas das hierarquias que estruturam o mundo social, as categorias socioprofissionais remetem aos esquemas práticos de classificação, os quais apontam para determinados princípios de hierarquização historicamente constituídos. Isso porque, a declaração da profissão de origem depende de processos de construção social das identidades, da história social das classificações e das relações entre os agentes e os instrumentos estandardizados de coleta e caracterização da população, codificados e geridos pelo Estado – e dependentes de lutas políticas prévias ao seu reconhecimento enquanto tais. Além disso, a apreensão dos significados das ocupações elencadas nos registros de candidatura, e utilizadas como indicadores de recrutamento político, envolve um questionamento fundamental: como se operam as equivalências entre convenções produzidas a partir de diferentes lógicas e razões de existir? (Merllié, 1983; Desrosières et Thévenot, 2002; Desrosières, 2001). Em outros termos, se os “objetos do mundo representados pelo

vocabulário profissional” formam sistemas simbólicos sobre os quais os agentes se apoiam para tornar o mundo social inteligível, isso varia em função de elementos situacionais e contextuais (Kramarz, 1991).

Sendo assim, a discussão proposta se coloca no contraponto de abordagens que reduzem o problema das relações entre categorias socioprofissionais e representação política às dimensões técnicas e procedimentais de definição das variáveis e sua equalização. No caso destas abordagens, há um forte nível de dedutivismo, ancorado numa perspectiva essencialista das supostas características intrínsecas das atividades profissionais prévias ao ingresso nas disputas pelos cargos de representação política. Do ponto de vista técnico não se deduz o sociológico, ou seja, a pertinência das escolhas e dos modos de definição não depende das diretrizes formais elaboradas pelo pesquisador, numa espécie formulação autoreferencial, mas dos mecanismos de constituição históricos e sociais que estão na base das classificações, de sua objetivação social e subjetivação nos esquemas práticos de ação e percepção.

Categorias socioprofissionais como indicadores de recrutamento: alguns problemas analíticos.

Nos termos expostos, a apreensão do problema das relações entre estrutura do espaço social e chances de ingresso na política eleitoral depende do grau de exterioridade e de autonomia pressuposto ao domínio da política instituída. Isso tem implicações específicas para a análise e para os modos de equacionamento das equivalências possíveis entre classificações produzidas com base em distintos princípios de definição. Melhor dizendo, enquanto a produção das estatísticas eleitorais e dos perfis dos candidatos tem um caráter de cunho informativo e de utilidade pública, vinculado às ideologias da transparência e representatividade; as estatísticas governamentais são o produto de um conjunto de convenções de equivalência que designam as posições, os status e as formas de enquadramento no Estado, tendo como objetivo mais geral instrumentalizar a ação política na gestão de populações e no controle dos serviços (Desrosières, 2001). As diferentes lógicas de

produção das informações tendem, portanto, a causar um curto circuito nos esforços comparativos entre os perfis dos candidatos elaborados a partir das fichas de candidatura, e as divisões populacionais calcadas no código de ocupações⁴.

Igualmente, há o problema central de se tomar ou não as dinâmicas de seleção social que configuram as divisões entre agentes politicamente ativos e agentes politicamente passivos como algo a ser analisado. De modo geral, isso produz dois níveis de mal-entendidos: 1) no caso das pesquisas que tendem a centrar-se na descrição dos perfis dos pretendentes aos cargos de representação política e dos eleitos, ocorre uma forte dedução das “afinidades” entre o conhecimento fornecido pela ocupação e o exigido pelo exercício da política, ou ainda tende-se a presumir as diferenças de *status* a partir dos atributos ostentados pelas biografias; 2) no que tange ao tratamento das informações derivadas das fichas de candidatura, esquece-se de considerar os modos de definição das equivalências entre as classificações disponíveis, o que tende a ancorar a apreensão dos condicionantes sociais de ingresso na política em informações mal controladas. Como destaca Desrosières (2001, p. 114), em tempos da multiplicação de bancos de dados disponíveis e de afirmação de convenções derivadas da consolidação institucional voltada para a legitimação da “confiabilidade das informações”, os sociólogos manipulam cada vez mais categorias de classificação desconectadas de sua gênese histórica e social. Isso traz um problema fundamental para a apreensão das hierarquias que estão na base de determinadas oportunidades de ingresso na carreira política, principalmente ao desconsiderar o processo de objetivação social das diferentes formas de classificação ocupacional, associando a objetividade da informação quantitativa com a realidade imediata do mundo social numa espécie de “realismo metrológico” (Desrosières, 1997, p. 269).

No que tange aos estudos que privilegiam a descrição das ocupações prévias ao ingresso na concorrência pelos cargos eleitoralmente em disputa, dois pontos centrais merecem atenção: 1) as definições de *status* social; 2) a suposição de uma conexão entre o saber escolar/profissional e o desenvolvimento das denominadas “habilidades úteis” no domínio da política.

⁴ Para uma discussão sobre os processos de importação dos códigos de classificação ocupacional, e das lutas políticas que estão na base de sua definição, ver Coradini (2013)

De modo geral, está em jogo a apreensão da associação entre “legitimidade social” e “legitimidade política”, variável de acordo com a desigual distribuição dos meios de aquisição e de reconhecimento da “competência política”. Enquanto atributo técnico e social, a competência política se define pelo conhecimento e reconhecimento, ou seja, pelo processo através do qual determinados indivíduos são “investidos de uma autoridade política”, de uma “aptidão socialmente reconhecida (e prescrita) à conhecer um domínio da realidade”. É justamente por meio deste processo de investidura que se configuram as disposições em acumular “saberes políticos”, o que contribui, em retorno, à “legitimar seu direito estatutário de se pronunciar sobre os problemas políticos” (Gaxie, 1987, p. 32)⁵. Em termos operacionais, isso significa dizer que o sistema de desvios que configura o mundo social está na base dos modos de relação entre agentes sociais e domínios de ação histórica e socialmente constituídos. No caso da política, significa que a “propensão para usar um poder político – poder de voto, de falar como político, de fazer política – é proporcional a realidade deste poder” (Bourdieu, 2007b, p. 378).

Consequentemente, é no processo de construção social da política e de divisão do trabalho de dominação que se definem as hierarquias que estão na base das chances de acesso ao domínio da política, elementos que não podem ser deduzidos de inferências gerais baseadas no *status* social suposto ou nas correlações entre o saber escolar e o *savoir-faire* da política⁶. Em primeiro lugar, a desigualdade de *status* depende da conversão de um conjunto de qualidades em “estima social”, portanto, envolve um processo histórico de progressiva estratificação da ordem social e de imersão em um sistema de relacionamentos que define uma separação a partir da incorporação de determinados “estilos de vida” (Weber, 1982, p. 218-220). Por um lado, portanto, o *status* se apresenta como a dimensão simbólica da estrutura de classes, e envolve distintos mecanismos de estratificação com efeitos significativos para processos e modalidades de diferenciação (Chan and Goldthorpe, 2007, p. 513). Por outro, não se refere estritamente às diferenças

⁵ Aqui a metáfora *le mort saisit le vif* ganha todo seu sentido. Ver Bourdieu (2007a).

⁶ Ver, por exemplo, a suposição de que as classes médias urbanas tem maior status social que outros grupos (Norris and Lovenduski, 2004), ou o intelectualismo implícito na atribuição de scores diferenciais de acordo com o status social suposto de determinadas ocupações (Codato, Costa e Massimo, 2014).

de atributos, mas ao sistema de hierarquias constituídas que remetem a noção de “honra social” conectada ao exercício de determinadas atividades e/ou posse de determinados signos de distinção (títulos escolares, modos de consumo, *hexis* corporal). De tal modo, a apreensão dos condicionantes sociais de participação e das relações entre *status* e “legitimidade política” envolvem critérios de medida distintos. Se no caso do primeiro, a avaliação das situações de classe passa pela desigual modalidade de inserção na produção e no mercado, no caso do segundo “haverá a tendência a recorrer à avaliação social” do prestígio, restituindo os indivíduos e grupos à “qualificação ordenada de sua própria identidade social”. Isso envolveria o tratamento conjunto do “status objetivo” e do “status subjetivo” que caracterizam determinada ordem social (Almeida, 1984, p. 168).

No que se refere às relações entre os saberes escolares e profissionais e o exercício da política, como é possível retomar dos escritos de Weber, quanto mais destacado e ocupado for um profissional, “tanto menos dispensável será”, portanto, mais indisponível para a política (Weber, 1982, p. 106). Como destaca Gaxie (1987), a escolarização contribui indiretamente à competência política, dependendo, esta última, do trabalho concreto de ruptura com os interesses estritamente escolares – cuja possibilidade varia com a hierarquia social –, e da mobilização dos conhecimentos e títulos adquiridos através do sistema de ensino como forma de legitimação de uma competência específica frente ao domínio da política (Dulong, 1996). Em outros termos, o *savoir-faire* da política se apresenta como uma negação do conhecimento profissional e escolar, e sua resignificação como qualidades extra-ordinárias, características fundamentais para a conquista do reconhecimento e adesão de apoios (Coradini, 2001). No entanto, se a manipulação dos códigos e o “treinamento” na luta política não se conectam diretamente aos aprendizados adquiridos através do sistema de ensino, é fundamental a consideração da dualidade dos títulos escolares, o que leva a impossibilidade de considerá-los sem as modalidades de inserção social e os recursos prévios de seu portador (Bourdieu, 1989, p. 537-538).

Categorias socioprofissionais e representação política: algumas pistas de pesquisa

O mundo social é, em parte, vontade e representação, ou seja, as representações que os grupos sociais fazem de si mesmos e dos outros contribuem para definir aquilo que eles são e fazem. Assim, as categorias de percepção do mundo social são partes fundamentais na definição das posições objetivas e subjetivas, e, ao mesmo tempo, são a base sobre a qual se constituem estas posições. As representações, neste sentido, não são um dado ou um registro, mas o produto de um conjunto infindável de processos de coconstrução que envolvem: 1) um modo de pensar a sociedade; 2) modalidades específicas de ação; 3) e formas de descrição do mundo social, entre elas, a estatística (Desrosières, 2005, p. 20). De tal modo, se os esforços de descrição da realidade tem nas categorias socioprofissionais um elemento central, notadamente porque elas cristalizam “relações sistemáticas com outras variáveis (renda, nível escolar...)”, e delimitam “um espaço dos possíveis sociais (estratégias matrimoniais, escolares, práticas culturais...)” (Pinto, 2009, p. 208), isso não dispensa a apreensão das “condições sociais de produção das categorias de percepção e de representação do mundo natural ou social”, as quais constituem o estatuto de realidade deste mundo (Bourdieu, 1977).

Isto posto, a análise das relações entre a estrutura do espaço social e as chances de ingresso na política eleitoral deve tomar em conta o processo de objetivação das diferentes formas de representação do mundo social, dentre as quais, as classificações ocupacionais. Considerando que as diferentes formas de relação com o mundo social são a base sobre a qual se constituem as representações e os investimentos em diferentes espaços de atuação (Bourdieu, 1990, 2007). Os modos através dos quais os agentes sociais definem a si mesmos e acionam determinados atributos relativamente aos domínios nos quais se inserem dependem de uma dupla dinâmica: 1) os recursos sociais objetivamente ostentados; 2) e a percepção prática dos investimentos legítimos, variáveis de acordo com o estado das relações de força e os atributos operantes em determinados contextos e confrontos. Assim, dentro de um conjunto variado de formas de descrição de suas ocupações, acionam categorias de classificação que se definem a partir dos esquemas de

percepção socialmente constituídos e que podem ou não encontrar correspondência nos instrumentos estandardizados utilizados pelas instituições de produção de informações estatísticas.

Neste sentido, os problemas teóricos e metodológicos a serem enfrentados envolvem as circunstâncias de declaração das ocupações, o que serve como indicativo dos graus diferenciais de objetivação social das classificações estatísticas e, igualmente, das formas de representação das atividades profissionais que se definem relativamente a outros elementos contextuais e ideológicos. O ponto central é que as fichas de candidatura e os outros materiais destinados à constituição dos perfis dos pretendentes aos cargos de representação política devem ser lidos como narrativas biográficas que comportam as próprias concepções sobre o ingresso na política, e envolvem uma dimensão fundamental de controle da imagem (Neveu, 1992). Assim, as tentativas de definição biográfica tendem a reforçar as concepções sociais e políticas que se associam a determinados princípios de excelência social, os quais “não ganham seu sentido que na relação com o público ao qual se destinam” (Collovald, 1988, p. 31; Collovald, 1990). Os recursos sustentados pelas biografias representam, portanto, marcas simbólicas pelas quais os agentes buscam a distinção frente aos pares e concorrentes, mas, ao mesmo tempo, constituem um elemento crucial para a identificação pela proximidade. Isso é particularmente fundamental nos conflitos pela representação de interesses, espaço em que as estratégias de apresentação de si são armas nas lutas pelo reconhecimento e conquista de apoios (Collovald, 1988)

Considerar o confronto entre as estatísticas produzidas pelos TREs e pelo TSE, e aquelas do IBGE como estratégia de análise das relações entre estrutura social e chances de ingresso na política, envolve uma reflexão inicial sobre os processos de codificação, de sistematização de informações, e de construção de classes de equivalência entre classificações produzidas a partir de distintos modos de coleta e padronização. Um primeiro problema se coloca na passagem entre as informações prestadas pelos candidatos e aquelas divulgadas pelos tribunais eleitorais. No exame dos registros de candidatura arquivados no TRE-RS, realizado em pesquisa anterior, foram identificadas, para a eleição de 1998, 102 diferentes classificações ocupacionais acionadas pelos pretendentes aos cargos de representação política. Em contrapartida,

nos registros oficiais divulgados pelo Repositório de Dados Eleitorais para o mesmo pleito, constam 69 diferentes classificações, e as instituições estaduais ou a nacional não tem – e não fornecem⁷ –, os procedimentos utilizados para a recodificação e padronização das informações prestadas pelos candidatos.

Dados os limites e possibilidades de apreensão das relações entre as ocupações prévias dos candidatos e a estrutura social subjacente, no presente texto, o esforço se direciona a comparação entre o conjunto de classificações padronizadas e divulgadas para as Eleições Gerais de 2010, e os dos Microdados do Censo deste mesmo ano. O primeiro ponto a ser destacado é que nas eleições de 2010, são classificadas 214 ocupações, enquanto no censo constam 437. Entre as possibilidades de comparação, optou-se por tomar as ocupações mais frequentes no pleito eleitoral em análise, e confrontá-las ao sistema de classificação utilizado no censo. Para isso, o critério de corte foi definido em 5%, o que resultou na retenção das categorias dos comerciantes (5% do conjunto do universo), advogados (6% do conjunto do universo), empresários (8,6% do conjunto do universo) e outros (15,9% do conjunto do universo). A partir disso, pode-se verificar, por um lado, as possibilidades e limites de comparação entre informações estatísticas produzidas com base em diferentes procedimentos e fins; por outro, é possível encontrar subsídios para apreender os graus de objetivação social das classificações ocupacionais e de sua subjetivação nos esquemas práticos de auto apresentação.

O primeiro ponto em destaque é a correlação entre as categorias acionadas para indicar as ocupações prévias ao ingresso na política eleitoral, e sua existência ou não nos modos de representação social instituídos e manipulados pelo Estado. Isso faz notar que a única, dentre as classificações socioprofissionais de maior frequência entre os candidatos, a constar no código brasileiro de ocupações é a de advogado. As relações entre a formação jurídica e a política no Brasil, devem ser relacionadas ao processo histórico de constituição e afirmação das instituições estatais e, ao mesmo tempo, aos mecanismos sociais de reprodução das desigualdades sociais. Isso leva a uma

7 Foram tentados contatos com os setores responsáveis pela sistematização de informações estatísticas do TRE-RS e do TSE. Um dos responsáveis técnicos retornou por e-mail, informando que não tem conhecimento de como são feitas as transcrições das informações preenchidas pelos candidatos para aquelas divulgadas pelos tribunais.

dupla consideração: 1) a posição dos advogados e juristas enquanto categoria social; 2) a relação entre as estratégias de reprodução social e o sistema de ensino.

A apreensão da posição dos advogados e juristas como categoria social envolve duas dimensões específicas: 1) as representações historicamente instituídas sobre a posição destas ocupações na estrutura social; 2) o conjunto de variáveis que caracterizam esta categoria socioprofissional, indicando determinadas práticas e situação frente ao mercado. No que tange ao primeiro ponto, interessam tanto os processos associados a constituição das instituições de ensino superior no Brasil, quanto os mecanismos de importação de um sistema de classificação social que teve como produto inicial o primeiro recenseamento geral da população, em 1872. Em se tratando dos cursos jurídicos, para além das funções que ocupariam tais instituições na sociedade brasileira na formação de “homem hábeis para serem um dia sábios Magistrados, e peritos Advogados, de que tanto se carece; e outros que possam vir a ser dignos Deputados, e Senadores, e aptos para ocuparem os lugares diplomáticos, e mais empregos do Estado” (Visconde de Cachoeira⁸), é fundamental tomar em conta que, a partir de meados do século XIX, os cursos jurídicos passaram a ser o espaço para onde se direcionavam os descendentes de oficiais militares e de grandes proprietários rurais. Os primeiros, por conta da desvalorização progressiva das carreiras militares, os segundos, em decorrência dos esforços de obtenção de “tinturas culturais” que sinalizavam em direção as novas formas de excelência social importadas (Bordignon, 2015). Isso tende a transformar as faculdades de direito em centros de socialização e de interconhecimento de setores sociais dominantes, ou como denomina Venâncio Filho (1977), “antessalas do Parlamento”. A hipótese geral é que mesmo com a diversificação e a profissionalização das carreiras jurídicas, permanecem as representações sociais que vinculam tais diplomas a determinados princípios de excelência social, e autorizam a intervenção progressiva no domínio da política.

O segundo elemento associado à condição de advogado e jurista refere-se ao conjunto de indicadores que definem sua posição na estrutura

8 Lei de 11 de agosto de 1827. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM-11-08-1827.htm>.

ocupacional brasileira. Em grande medida, isso vem colocar em questão determinadas abordagens que tendem a associar, por dedução, tais ocupações à condição de “classes médias”, transportando implicitamente para o debate sobre a estrutura do espaço de representação política um conjunto de representações sobre o lugar das denominadas “profissões liberais” nas lutas políticas. Em grande medida, isso se deve ao sistema de classificações que é importado e aplicado ao Brasil a partir de fins do século XIX, no qual os esquemas cognitivos e de classificação tendiam a separar entre “profissões intelectuais”, “profissões manuais” e “proprietários”. Nos embates políticos que marcam o período final da monarquia e grande parte do governo republicano, se potencializam os conflitos entre as “classes médias esclarecidas” e os “proprietários conservadores”, pares de oposição que se conectam aos esquemas de classificação adotados a partir de então.

Neste sentido, a apreensão das condições sociais de investimento nas carreiras políticas para aqueles que têm na categoria dos advogados e juristas sua ocupação de origem, leva ao esforço de caracterização desta relativamente ao conjunto do espaço social. Para tanto, foram utilizados os microdados do Censo de 2010, tomando como indicadores: 1) a média de rendimentos de todos os trabalhos; 2) a condição na ocupação; 3) o curso mais elevado que frequentou; 4) horas trabalhadas no trabalho principal; 5) proporção de homens e mulheres; 6) diferenças de cor ou raça⁹. Os resultados gerais podem ser comparados às informações disponibilizadas pelo Repositório de Dados Eleitorais, porém, com muitas limitações, principalmente pela inexistência de variáveis que indiquem rendimentos, condição ocupacional, e a cor ou raça dos candidatos¹⁰. Além disso, a variável escolarização apresenta uma classificação distinta daquela disponível para o censo, não computando títulos mais elevados que o ensino superior completo. Isso retoma o problema geral anteriormente referido, colocando em pauta as dificuldades na comparação entre informações geradas a partir de distintos modos de registro e preocupações.

⁹ Optou-se por manter a denominação utilizada pelo IBGE.

¹⁰ A informação sobre cor ou raça passou a compor as informações do Repositório de Dados Eleitorais a partir de 2014.

No caso específico da categoria dos advogados e juristas (Tabela 1) relativamente ao conjunto da população, os rendimentos médios destes são quatro vezes maiores do que a média (1.052,68 reais, desvio padrão de 2.904,24), e o desvio padrão interno a categoria indica uma heterogeneidade de situações econômicas bastante significativa. Igualmente, a média semanal de horas trabalhadas situa-se abaixo da média geral (39,63, desvio padrão de 15,46), o que indica uma disponibilidade maior de tempo que, somada ao volume de rendimentos, situa-os na condição de dispensabilidade necessária ao engajamento em outros domínios de atividades, dentre os quais, a política. O reforço dos indicativos de tempo livre podem ser encontrados na condição ocupacional predominante de trabalhadores por conta própria, elemento fundamental na definição das denominadas “profissões liberais”. Tomando a proporção de homens e mulheres na sociedade brasileira (49,6% e 50,4%, respectivamente), e as diferenças de cor ou raça (Branca, 47%; Preta, 7,1%; Amarela, 1%; Parda, 44%; e Indígena, 0,5%), a categoria dos advogados e juristas que participam dos pleitos eleitorais é majoritariamente masculina e branca.

Tabela 1
Advogados e Juristas segundo o Censo de 2010

Rendimentos de todos os trabalhos (R\$)		Horas trabalhadas no trabalho principal		Condição na ocupação		Curso mais elevado que frequentou		Sexo		Cor ou raça	
Média	4.346,45	Media	38,91	Empregado com carteira assinada	19%	Superior	68%	Homens	59,3%	Branca	79,9%
Desvio padrão	7.887,60	Desvio Padrão	13,04	Servidor público	8%	Especialização	15,5%	Mulheres	40,7%	Preta	2,9%
				Empregado sem carteira assinada	7%	Mestrado	3,5%			Amarela	1,2%
				Conta própria	61,5%	Doutorado	1,5%			Parda	16%
				Empregador	4,3%						

Fonte: Microdados do Censo de 2010 / IBGE.

Comparativamente às informações disponibilizadas pelo TSE, entre os candidatos que se definem como advogados há um reforço do caráter

masculino da ocupação (83,2% homens, 16,8% mulheres), o que se traduz como uma tendência geral de distribuição desigual do senso de legitimidade política, considerando que entre o conjunto dos candidatos, 77,8% são homens. Além disso, intervém de modo significativo a posse diferencial de diplomas escolares, reforçando o peso do ensino superior completo frente ao espaço de concorrência eleitoral (46,4% dos candidatos com ensino superior completo, contra 8,4% da população). Ao que tudo indica, não se tratam de associações lineares possíveis entre determinados atributos e as chances de ingresso na concorrência pelos cargos de representação política, mas de um complexo combinado de acúmulo de *atouts* ou *handicaps*.

Em contraposição ao caso dos advogados e juristas, que possibilitam a comparação entre as informações disponíveis nos registros de candidatura, e as estatísticas produzidas pelo IBGE, conduzindo a uma visualização mais geral do lugar ocupado por determinadas categorias na estrutura de oportunidades sociais, a categoria de empresário, segunda mais frequente entre os candidatos, não se presta a comparação. O primeiro ponto a ser destacado com relação aos mecanismos que estão na base da autoapresentação como empresário é que se trata de uma categoria que não compõe o código brasileiro de ocupações (CBO)¹¹. Ao contrário, existem neste uma gama muito variada de ocupações que se aproximam da noção de empresário enquanto “proprietário ou dirigente de uma empresa ou organização” (Tabela 2).

Tabela 2

11 No Censo de 2010, é utilizada a Classificação de Ocupações para Pesquisas Domiciliares (COD). As descrições das ocupações, e de suas modificações relativamente ao Código Brasileiro de Ocupações podem ser encontradas em <<http://www.mtecbo.gov.br/cbosite/pages/informacoesGerais.jsf;jsessionid=Geq5qurw0T0mT2BtshSD0luO.slave17:mte-cbo>>

Comparativo entre as classificações dos Registros de Candidatura e do Censo
de 2010

Classificação disponível nos arquivos do Repositório de Dados Eleitorais	Classificação de Ocupações para Pesquisas Domiciliares – Censo 2010
EMPRESÁRIO	DIRETORES GERAIS E GERENTES GERAIS
	DIRIGENTES FINANCEIROS
	DIRIGENTES DE RECURSOS HUMANOS
	DIRIGENTES DE POLITICAS E PLANEJAMENTO
	DIRIGENTES DE ADMINISTRAÇÃO E DE SERVIÇOS NÃO CLASSIFICADOS ANTERIORMENTE
	DIRIGENTES DE VENDAS E COMERCIALIZAÇÃO
	DIRIGENTES DE PUBLICIDADE E RELAÇÕES PÚBLICAS
	DIRIGENTES DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO
	DIRIGENTES DE PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA E SILVICULTURA
	DIRIGENTES DE PRODUÇÃO DA AQUICULTURA E PESCA
	DIRIGENTES DE INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO
	DIRIGENTES DE EXPLORAÇÕES DE MINERAÇÃO
	DIRIGENTES DE EMPRESAS DE CONSTRUÇÃO
	DIRIGENTES DE EMPRESAS DE ABASTECIMENTO, DISTRIBUIÇÃO E AFINS
	DIRIGENTES DE SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÕES
	DIRIGENTES DE SERVIÇOS DE CUIDADOS INFANTIS
	DIRIGENTES DE SERVIÇOS DE SAÚDE
	DIRIGENTES DE SERVIÇOS DE CUIDADO A PESSOAS IDOSAS
	DIRIGENTES DE SERVIÇOS DE BEM-ESTAR SOCIAL
	DIRIGENTES DE SERVIÇOS DE EDUCAÇÃO
	GERENTES DE SUCURSAIS DE BANCOS, DE SERVIÇOS FINANCEIROS E DE SEGUROS
	DIRIGENTES E GERENTES DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS NÃO CLASSIFICADOS ANTERIORMENTE
	GERENTES DE HOTÉIS
	GERENTES DE RESTAURANTES
	GERENTES DE COMÉRCIOS ATACADISTAS E VAREJISTAS
	GERENTES DE CENTROS ESPORTIVOS, DE DIVERSÃO E CULTURAI
GERENTES DE SERVIÇOS NÃO CLASSIFICADOS ANTERIORMENTE	

Fonte: Repositório de Dados Eleitorais; Classificação de Ocupações para Pesquisas Domiciliares.

O ponto central na desconexão entre as formas de autoapresentação possibilitadas pelo modelo de registro de candidaturas adotado pelos tribunais regionais e nacional, e os esforços de padronização das classificações relativamente às instituições de produção de estatísticas populacionais, reside nas desiguais condições de objetivação social de determinadas formas de classificação. Isso coloca em evidência as modalidades de relação entre agentes sociais e os instrumentos estandardizados de caracterização da população, o que envolve modos distintos de incorporação das categorias de percepção e classificação do mundo social. No que se refere especificamente à categoria de empresário e sua frequência significativa entre as declarações de ocupação dos pretendentes aos cargos de representação política, isso ilustra dois elementos complementares: 1) as hierarquias sociais e a sobrevalorização de posições de comando e de posse dos meios de produção; 2) a importação da ideologia do empreendedorismo enquanto um elemento central nas reconfigurações do espírito do capitalismo na contemporaneidade (Boltanski e Chiapello, 2009).

Considerações finais

O objeto do presente texto esteve centrado nos problemas teóricos e metodológicos associados ao exame das relações entre categorias socioprofissionais e representação política, enfatizando os efeitos dos processos diferenciais de objetivação social e de subjetivação das formas de classificação, particularmente para as estratégias de apresentação de si em situações como a concorrência pelos cargos de representação política, que envolvem ao mesmo tempo o controle sobre a imagem social dos concorrentes e a demonstração pelo exemplo. Os desdobramentos dos problemas colocados levaram ao esforço de evidenciação dos elementos pouco problematizados por estudos de recrutamento político, notadamente pela forte tendência destes ao dedutivismo com base em determinadas premissas, tais como as supostas associações inerentes entre determinadas ocupações e o desenvolvimento de

“habilidades úteis” aos conflitos políticos que envolvem o acesso aos cargos eleitoralmente em disputa.

Em grande medida, múltiplas formas de definição biográfica se definem na relação com instituições e situações sociais diversas, o que torna fundamental a compreensão dos contextos práticos de acionamento de determinadas formas de autoapresentação, variáveis de acordo com as lógicas de seleção de informações mais ou menos institucionalizadas pelas burocracias ou organizações diversas. Isso remete ao problema de se tomar as classificações socioprofissionais que compõem as fichas de candidaturas a partir de um duplo registro: 1) como indicador das ocupações que funcionam como evidência das posições sociais dos pretendentes aos cargos de representação política; 2) como elementos que evidenciam os esquemas de percepção e de classificação do mundo social, colocando em pauta as representações sobre hierarquias instituídas e princípios de excelência que estão na base das modalidades diferenciais de relação com a política.

Neste contexto, os esforços de apreensão das relações entre estrutura social e chances de ingresso na concorrência eleitoral colocam em evidência os mecanismos de seleção social que estão na base das diferenciações entre agentes politicamente ativos e agentes politicamente passivos, e são o fundamento da representação política enquanto técnica de dominação. Os descompassos entre as classificações adotadas pelo IBGE, e aquelas presentes nos perfis dos candidatos elaborados pelos tribunais eleitorais, expõem as distintas dinâmicas envolvidas nos processos de definição da realidade social e de classificação de si e dos outros. Isso porque, como destaca Paradeise (2003), muito antes de se perguntar se tal ocupação é uma profissão, deve-se colocar em pauta as condições históricas e sociais que permitem que ocupações conquistem o estatuto de profissão. Tal afirmação coloca um segundo problema fundamental para o que está em pauta aqui, o reconhecimento de ocupações e profissões não é um dado universal, mas dependente das lutas histórico-sociais que caracterizam um universo específico de hierarquias, já que classificar é hierarquizar, ordenar. Neste sentido, as categorias socioprofissionais são o resultado de esquemas de apreciação que fundamentam as construções da realidade, e devem ser tomadas enquanto tais pela análise sociológica.

Referências bibliográficas

- ALMEIDA, J. F. Temas e conceitos nas teorias da estratificação social. **Análise Social**, v. XX, n. 81-82, 1984, p. 167-190.
- BARBOSA, M. L. O. As profissões no Brasil e sua sociologia. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, v. 46, n. 3, 2003, p. 593-607.
- BEST, H. and COTTA, M (eds.) **Parliamentary Representatives in Europe 1848-2000; Legislative recruitment and careers in eleven European countries**. Oxford: Oxford University Press, 2000.
- BOLTANSKY, L. ; BOURDIEU, P. O diploma e o cargo : relações entre o sistema de produção e o sistema de reprodução. In: CATANI, A.; NOGUEIRA, M. A. (orgs). **Escritos de Educação: Pierre Bourdieu**. Rio de Janeiro: VOZES, 2007, p. 127-44.
- BOLTANSKI, L.; CHIAPELLO, E. **O novo espírito do capitalismo**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- BOURDIEU, P. Une classe objet. **Actes de la recherche em sciences sociales**, v. 17, n. 1, 1997, p. 2-5.
- _____. La délégation et le fétichisme politique. **Actes de la recherche em sciences sociales**, v. 52, n. 1, 1984, p. 49-55.
- _____. **La noblesse d'État** : grandes écoles et esprit de corps. Paris : Les Editions de Minuit, 1989.
- _____. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- _____. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007a.
- _____. **A distinção**: crítica social do julgamento. São Paulo: EDUSP, 2007b.
- CHAN, T. W.; GOLDTHORPE, J. H. Class and Status: The Conceptual Distinction and Its Empirical Relevance. **American Sociological Review**, v. 72, n. 4, 2007, p. 512-532.
- CODATO, A.; COSTA, L. D.; MASSIMO, L. Classificando ocupações prévias à entrada na política: uma discussão metodológica e um teste empírico. **Opinião pública**, v. 20, n. 3, 2004, p. 346-362.
- COLLOVALD, A. Identité(s) stratégique(s). **Actes de la recherche en sciences sociales**, v. 73, n. 1, 1988, p. 29 – 40.

_____. Jacques Chirac : un leader sans ressources. **Revue française de science politique**, v. 40, n. 6, 1990, p. 880 – 901.

CORADINI, O. L. **Em nome de quem?** Recursos sociais e Recrutamento de Elites políticas. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

_____. Posição social, classificações estatísticas e categorias ocupacionais. Projeto de Pesquisa. Chamada Universal MTCI/CNPq n. 14/2013.

DESROSIÈRES, A. Classer et mesurer: les deux faces de l'argument statistique. **Réseaux**, v. 13, n. 71, 1995, p. 11-29.

_____. Du singulier au general : l'argument statistique entre la science et l'État. In : CONEIN, B.; et THÉVENOT, L., (dir.). **Cognition et information em société**. Paris : Éditions de l'École des Hautes Études en Sciences Sociales – Raisons Pratiques, 8 – , 1997, p. 267-282.

_____. Entre réalisme métrologique et conventions d'équivalence : les ambiguïtés de la sociologie quantitative. **Genèses**, n. 43 (2), 2001, p. 112-127.

_____. Décrire l'État ou explorer la société : deux sources de la statistique publique. **Genèses**, n. 58, 2005, p. 4-27.

DESROSIÈRES, A. ; THÉVENOT, L. **Les catégories socioprofessionnelles**. Paris : La Découverte, 2002.

DOGAN, M. Les profession propicces à la carrière politique. Osmoses, filières e viviers. In: OFFERLÉ, Michel. (eds.). 1999. **La Profession Politique : XIXe-XXe siècles**. Paris, Éditions Belin. p. 171-199.

DULONG, D. Quand l'économie devient politique. La conversion de la compétence économique en compétence politique sous la Ve République **Politix. Revue des sciences sociales du politique**, v. 9, n. 35, 1996, p. 109-130.

GAXIE, D. Les logiques du recrutement politique. **Revue française de science politique**, v. 30, n. 1, 1980, p. 5 – 45

_____. Le cens caché. **Réseaux. Communication – Technologie – Société**, v. 5, n. 22, 1987, p. 29-51.

KRAMARZ, F. Déclarer sa profession. **Revue Française de Sociologie**, 32-1, 1991, p. 3-27.

LACROIX, Bernard. Ordre Politique et ordre social : objectivisme, objetivation et analyse politique. In : GRAWITZ, M. & LECA, J. (dir.). **Traité de Science**

Politique : L'ordre politique. V. 1, Paris : Presses Universitaires de France, 1985. p. 469-565.

MERLLIÉ, D. Une nomenclature et sa mise en oeuvre: les statistiques sur l'origine sociale des étudiants. **Actes de la recherche en sciences sociales**, v. 50, 1983, p. 3-47.

NEVEU, E. Le sceptre, les masques et la plume. **Mots**, v. 32, n. 1, 1992, p. 7-27.

NORRIS, P.; LOVENDUSKI, J. **Political recruitment: gender, class and race in British parliament**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

OFFERLÉ, M. Professions et profession politique. In: ____ (eds.). **La Profession Politique : XIXe-XXe siècles**. Paris : Éditions Belin, 1999. p. 7-35.

PARADEISE, C. Comprendre les professions: l'apport de la sociologie. **Sciences Humaines**, v. 139, n. 6, 2003, p. 26.

WEBER, M. **Ensaio de Sociologia**. 1ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 1982.

____. **Economia e Sociedade**. V. 1. São Paulo: Editora Universidade de Brasília / Imprensa Oficial de São Paulo, 2004a.

____. **Economia e Sociedade**. V. 2. São Paulo: Editora Universidade de Brasília / Imprensa Oficial de São Paulo, 2004b.